

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3065864620210511020544

Processo 0814452-38.2020.8.23.0010 ☆ - (341 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

60 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 60

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div>	60	11/05/2021 02:05:44	
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (26/04/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	60.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2726980PETICAOINTERLOCUTORIA01.pdf
			Público
	59	05/05/2021 11:32:12	
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ALDA JULYA SOUZA ALVES representado(a) por JOELLY JULYANA DE SOUZA SILVA em 05/05/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 55) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (26/04/2021) e ao evento de expedição seq. 57.	MARLON TAVARES DANTAS Advogado
	58	30/04/2021 03:13:11	
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 30/04/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 55) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (26/04/2021) e ao evento de expedição seq. 56.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	57	26/04/2021 17:18:42	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ALDA JULYA SOUZA ALVES representado(a) por JOELLY JULYANA DE SOUZA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 55) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (26/04/2021)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário
	56	26/04/2021 17:18:42	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 55) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (26/04/2021)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário
<div>[+]</div>	55	26/04/2021 15:09:04	
	54	22/04/2021 22:17:25	
	53	21/04/2021 00:03:57	
	52	21/04/2021 00:03:57	
		JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO	Rodrigo Bezerra Delgado Magistrado
		CONCLUSOS PARA SENTENÇA Responsável: Rodrigo Bezerra Delgado	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário
		RECEBIDOS OS AUTOS Recebido do(a) MINISTÉRIO PÚBLICO por decurso de prazo	SISTEMA CNJ
		DECORRIDO PRAZO DE MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA *Referente ao evento REMETIDOS OS AUTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO(10/02/2021)	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO REALIZADA Para Ministério Público de Roraima em 22/02/2021 com prazo de 30	Ministério Público de Roraima



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08144523820208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ALDA JULYA SOUZA ALVES**, informar e ao final requerer o que segue:

A Ré informa que nos casos em que há interesses de incapazes sendo discutido em determinada demanda, deve ser intimado o Ministério Público, órgão fiscalizador da Lei, para que se pronuncie sobre a necessidade de sua intervenção.

Cumprir informar, no caso dos autos, o autor é menor, e figura como autor na presente demanda, figurando como representante, seu genitor, contudo, em que pese tenha haja o pedido de intimação do MP na peça de bloqueio, não se observa menção a este respeito na sentença prolatada.

Urge ressaltar, a necessidade da prática deste ato, de intimação do MP, não por uma faculdade, mas um comando imposto pelo Código de Processo Civil, que traz inclusive, quando ausente tal intimação, uma possibilidade do reconhecimento de uma nulidade.

Ocorre que mesmo intimado para manifestação em 30 dias, o MP deixou o prazo transcorrer *in albis*:

52	21/04/2021 00:03:57	DECORRIDO PRAZO DE MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA *Referente ao evento REMETIDOS OS AUTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO(10/02/2021)	SISTEMA CNJ	
51	23/02/2021 12:43:40	LEITURA DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO REALIZADA Para Ministério Público de Roraima em 22/02/2021 com prazo de 30 dias úteis *Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (09/02/2021)		Ministério Público de Roraima Membro do MP/Delegado
50	10/02/2021 12:35:07	REMETIDOS OS AUTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO Promotoria junto a 3ª Vara Cível - MANIFESTAÇÃO com prazo de 30 dias úteis		RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário
49	09/02/2021 17:45:57	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE		DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS Magistrado

De fato, não é possível forçar o Ministério Público a efetivamente se pronunciar no feito e principalmente aguardar para sempre pelo seu pronunciamento, sob pena de violar o princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5º, inciso LXXVIII).

Neste sentido, vejamos os ditames do §1º do art. 180 do CPC:

Art. 180 - O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir da sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º.

§ 1º - Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.

Assim, conclui-se que transcorrido *in albis* o prazo assinado para a manifestação do Parquet, o juiz deve dar regular andamento ao processo.

Vale destacar que o silêncio do Parquet num primeiro momento não o impede de mais tarde atuar efetivamente no processo. Mesmo quando inerte após a intimação para a intervenção inicial, o Ministério Público deve continuar a ser intimado de todos os atos praticados no processo, nos termos do CPC, art. 179,

Ante o exposto requer seja intimado o MP com ralação a d. Sentença, para que não seja arguida nulidade futuramente.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 7 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR